

A ALFABETIZAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DE EMÍLIA FERREIRO

OLIVEIRA, Larissa B. L¹; LEÃO, Deusmaura Vieira²

¹Graduanda em Pedagogia pela Universidade de Rio Verde – UniRV
larissabernardinoleite@gmail.com

²Professora Mestra da Universidade de Rio Verde – UniRV
deusmaura@uol.com.br

Resumo:

A abordagem tradicional prevaleceu por muito tempo sobre o processo de ensino e aprendizagem no contexto educacional. Porém, atualmente, pesquisadores têm voltado seu olhar para a alfabetização em busca de um avanço no ensino. Emília Ferreiro é um dos grandes nomes que tem repercutido favoravelmente no âmbito educativo nesta área. Seus conceitos referem-se não exclusivamente no modo em que a criança aprende, mas como ela aprende, sendo sujeito participativo no seu aprendizado. O referido trabalho tem por objetivo identificar as contribuições do construtivismo, não apenas como uma teoria, mas uma abordagem que coloca o alfabetizando como um ser ativo e construtivo do seu próprio conhecimento. Analisam-se pesquisas teóricas que englobam questões acerca da obra Psicogênese da Língua proposta por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que retratam a origem da aquisição da leitura e escrita pela criança. Cabe destacar que a abordagem tradicional de ensino é refutada por Emília Ferreiro, pois a autora assume uma visão construtivista baseada na valorização dos conhecimentos prévios do aluno. Por outro lado, a abordagem tradicionalista de ensino ainda é muito marcante no contexto educacional. Justifica-se o presente trabalho pela necessidade de repensar a práxis pedagógica com relação ao ensino e aprendizagem da criança na alfabetização, visto que muitos educadores assumem posturas desfavoráveis ao ensinarem da mesma forma que foram alfabetizados. Por esse motivo, as novas visões pedagógicas, de forma significativa, transpassam aos poucos o ensino tradicional, focando as trocas e a valorização do conhecimento. Tais conceitos, aqui expostos, contemplam o aspecto construtor da criança de acordo com Emília Ferreiro.

Palavras-chave: Alfabetização. Emília Ferreiro. Construtivismo.

Introdução

O texto aborda uma das grandes referências para o ensino brasileiro no que tange a alfabetização. Emília Beatriz Maria Ferreiro Shavi, pesquisadora e psicóloga argentina, se tornou doutora sob a orientação do biólogo suíço Jean Piaget, a qual buscou compreender os mecanismos cognitivos da criança voltados para o processo de aprendizagem da leitura e escrita. Ela procurou investigar não só os meios de como a criança aprende, mas o modo em que ela aprende.

A partir de estudos acadêmicos realizados ao longo do curso de Pedagogia, surgiu a necessidade de pesquisar sobre as fases iniciais da alfabetização, bem como o processo pelo qual o indivíduo passa para ser alfabetizado. Tal pesquisa fora realizada de forma unicamente

bibliográfica pautada principalmente na obra Psicogênese¹ da Língua escrita desenvolvida por Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Juntas, conseguiram evoluir conceitos predominantes da aprendizagem da leitura e da escrita no processo de alfabetização.

A proposta buscou identificar os pressupostos teóricos do construtivismo, bem como contribuir na práxis pedagógica dos professores alfabetizadores; além de repensar a aprendizagem numa abordagem construtiva, visando o sujeito construtor de sua aprendizagem.

O trabalho traz grande relevância sobre como a escola e os professores têm aproveitado os conhecimentos que as crianças trazem consigo ao chegar à instituição educativa, mostrando o quão é necessário se fazer presente na vida do educando de forma a entender, contribuir e respeitar as etapas de alfabetização de cada um.

Os conceitos e contribuições abordados por Emília Ferreiro a respeito da alfabetização, além das críticas em relação as abordagens tradicionais de ensino, ressaltam uma das principais teorias da autora, o construtivismo², que enfatiza o desenvolvimento ao longo do processo de alfabetização, tais como: pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética, destacando as características de cada fase e como a criança as desenvolve durante o processo de alfabetização.

1. O Conceito de Alfabetização segundo Emília Ferreiro

Emília Ferreiro revolucionou o conceito de alfabetização por meio de pesquisas e investigações realizadas juntamente com Ana Teberosky, sobre o processo de aquisição da língua escrita na criança à luz da epistemologia psicogenética de Jean Piaget que resultou na obra intitulada Psicogênese da Língua escrita que tornou-se referência teórica relacionada à alfabetização para a década de 80. Revelando o modo com que a criança constrói diferentes hipóteses sobre o sistema de escrita, antes mesmo de chegar a compreender o sistema alfabético.

Ferreiro não indagava como se devia ensinar a escrever, mas sim, como alguém aprende a ler e a escrever, independentemente da metodologia de ensino, ressaltando a importância do deslocamento da ênfase do método em si mesmo para o educando e seu processo de construção do conhecimento.

¹ Gênese ou origem da aquisição de conhecimentos e processos cognitivos do indivíduo ao longo de todo o seu desenvolvimento e de aprendizagem (BREGUNCI, 1996).

² Processo permanente em que os conhecimentos estão sempre em construção, inacabados, uma teoria de que novos níveis de conhecimento estão sendo indefinidamente construídos através das interações entre o sujeito e o meio (DANTAS, 2009).

No princípio em que suas ideias chegaram ao Brasil na década de 80, houveram alguns equívocos por grande parte da população docente, interpretando que seria mais um método de alfabetização. Porém, o que Ferreiro e Taberosky trouxeram foi uma nova visão de como alfabetizar a criança, apresentando descrições fundamentais desse processo por meio da psicogênese da língua escrita. Segundo Leão (2011), Ferreiro e Teberosky evitaram sugestões para propostas didáticas de alfabetização, deixando essa tarefa a cargo de especialistas.

Com isso, muitos alfabetizadores se sentiram perdidos, sem saber como conduzir os trabalhos em sala de aula, pois estavam acostumados a seguir etapas, a realizar atividades preestabelecidas pelos métodos tradicionais, sem levar em consideração a realidade dos educandos (LEÃO, 2011, p. 31).

Interpretações como essas em que o educador e a escola não levavam em consideração os conhecimentos já adquiridos pela criança ao chegar à escola e em que as atividades ensinadas baseavam-se apenas em seguir modelos já estabelecidos ao longo do tempo, incomodaram muitos alfabetizadores a partir desse novo olhar.

Emília Ferreiro traz concepções de que todos os conhecimentos têm uma gênese (origem) e que a aprendizagem da escrita não está vinculada à fala, e mesmo quando a criança já estabelece a relação entre fala e escrita, esta relação ainda não é do tipo fonema (fala, som) e grafema (escrita, grafia).

O processo de construção, nesse aspecto, significa permitir ao educando refletir sobre suas descobertas, seus conceitos e conhecimentos. Assim, de acordo com Leão (2011), quanto mais a criança tiver contato com a linguagem e a escrita, mais capacitada está a se aprofundar de sua estrutura e finalidades.

Adquirir a linguagem, ter domínio da escrita e saber interpretar o que se leu exige bastante, mas a criança precisa passar por cada fase gradativamente, assimilando, conhecendo e reconhecendo, descobrindo e construindo suas próprias experiências sabendo que sua individualidade está sendo respeitada.

2. Abordagem Tradicional

As formas tradicionais de ensino consistiram em métodos pelo qual o professor transmitia seus conhecimentos aos alunos. Porém, grande parte desses professores não estava suficientemente informada para compreender certas dificuldades, os processos cognitivos e os níveis de desenvolvimento pelos quais a criança passa ao ter contato com a leitura e com a escrita.

Dentro da abordagem tradicional, as práticas iniciais de aprendizagem eram, muitas vezes, baseadas apenas na junção de sílabas, na memorização de sons, na incansável prática

de fazer cópias, tornando a criança um indivíduo receptor e passivo que não participava de forma ativa e construtiva da aprendizagem.

Ferreiro ao longo de sua formação, procurou argumentos e evidências que pudesse justificar posicionamentos contrários ao conceito tradicional de ensino. Um desses argumentos arbitrários é o uso das cartilhas como recurso que apenas introduz nos alunos a leitura e sonorização de palavras aparentemente simples (como por exemplo: *babá*, *bebê*, *papa*), mas que, para a assimilação construtiva das crianças, não acrescentam significativamente.

Primeiro porque as cartilhas possuem a mesma estruturação, são compostas de lições que partem de uma palavra-chave ilustrada por representações. A partir daí, vai destacando-se a primeira sílaba, a família silábica e assim sucessivamente. Segundo Cagliari (1999), abaixo das famílias silábicas estão palavras quase sempre formadas por elementos que a criança já consegue dominar e que vão se unir aos elementos da nova lição, com exercícios de montar e desmontar, de completar lacunas, ou seja, elementos presentes nas cartilhas que visam apenas a memorização.

Segundo porque as concepções de linguagem que trazem as cartilhas são bastante superficiais, o que não permite a criança se assegurar de elementos que sustentarão seus conhecimentos posteriores. Na verdade, ela ignora a bagagem linguística, social e cultural que a criança possui ao trabalhar conceitos completamente distantes de sua realidade, uma vez que se compõem de fragmentos que devem ser somados para formar a escrita de modo descontextualizado.

Dessa forma, o uso de cartilhas como recurso para a alfabetização é um processo inadequado, pois aborda simplesmente a codificação da escrita e decodificação da leitura, não permitindo ao educando contribuições linguísticas à sua formação.

De acordo com os conceitos de Cagliari (1999):

A alfabetização gira em torno de três aspectos importantes da linguagem: a fala, a escrita e a leitura. Analisando estes três aspectos, tem-se uma compreensão melhor de como são as cartilhas ou qualquer outro método de alfabetização (CAGLIARI, 1999, p. 82).

Com isso, no âmbito da fala, o uso das cartilhas não permite o alfabetizando o espaço de falar e sem a fala, inultimente o processo de alfabetização se conclui. Sob o ponto de vista da escrita, as cartilhas só proporcionam atividades a qual o educando deve realizar cópias fiéis sem momentos para produções criativas. E no aspecto da leitura, as cartilhas oferecem apenas textos padronizados e restrito a regras, ofertando ao aprendiz a redução de tudo àquilo que poderia ser produtivo, criativo, construído e finalmente, aprendido de modo a ter significados.

Enfim, são por esses e por inúmeros outros motivos pelos quais Emília Ferreiro refuta o uso das cartilhas como recurso para o processo de ensino da leitura e da escrita. Essa postura tornou-se insuficiente para a alfabetização, no que diz respeito às exigências e agilidades que a atual sociedade anseia.

Dentro dos métodos tradicionais de ensino, outra questão a ser criticada por Ferreiro é o fato de muitos professores não considerarem os erros que seus alunos cometem durante o processo de alfabetização. Entretanto, dentro da abordagem construtivista, o erro faz parte do processo de ensino-aprendizagem, pois ele mostra que o aprendiz não alcançou a próxima etapa e que, o ato de errar, não pode ser visto como uma falha, mas como um momento necessário da aprendizagem. A ausência do erro denuncia a ausência da experimentação e, conseqüentemente, a ausência da aprendizagem.

Evidentemente, outro ponto a ser desconsiderado na visão tradicionalista de ensino a qual Emília Ferreiro se opõe, é que muitos alfabetizadores ainda ensinam da mesma forma que aprenderam, acreditando que a cartilha, por exemplo, foi um método eficiente para sua alfabetização e que o modelo dela servirá também para seus alunos.

Para Ferreiro e Teberosky (1985) a preocupação dos educadores tem-se voltado para a busca do melhor ou dos mais eficazes dos métodos de alfabetização. Porém, não há um método correto ou melhores práticas pedagógicas de ensino, afinal todas elas estão apoiadas em certo modo de conceber aprendizagem que seja significativo para o alfabetizando, se pautando nas particularidades e realidade de cada educando. Normalmente, as metodologias usadas por muitos alfabetizadores partem daquilo que é mais simples (métodos sintéticos), indo para o mais complexo (métodos analíticos).

Para Morais (2012), os métodos sintéticos pressupõe que o alfabetizando deve partir de unidades linguísticas menores (letras, sílabas e fonemas) para ir “somando os pedaços” a fim de chegar a codificar e decodificar unidades maiores. O autor afirma que os métodos analíticos começam com unidades maiores, que “têm um significado” (palavras, frases, histórias), e, pouco a pouco, leva o aprendiz a analisá-las até chegar em “pedaços menores”.

Leão (2011) também reforça essa questão dos métodos quando afirma que:

Os métodos de alfabetização sintéticos ou analíticos – partindo de fonemas, letras ou sílabas, de palavras ou frases – têm sempre como pressuposto que todas as crianças deveriam aprender as mesmas coisas num mesmo tempo, num mesmo ritmo e da mesma maneira (LEÃO, 2011, p. 24).

O aprendizado acontece de modo particular, no sentido de que cada criança aprende da sua maneira - umas com mais facilidades que outras - mas que aprendem de acordo com seu

tempo, com seu desenvolvimento cognitivo e isso precisa ser analisado, valorizado e, antes de tudo, respeitado.

Emília aborda ainda que, há práticas que levam as crianças a terem convicção de que o conhecimento é algo que os outros possuem e que só se pode adquirir através do discurso do outro, fazendo com que a criança não seja participante ativa do processo e de construção do seu conhecimento. Outras práticas levam as crianças a pensarem que aquilo que já existe para ser conhecido está estabelecido como um conjunto de coisas não modificáveis. Isso faz com que a criança não se torne autora do seu conhecimento, apenas receptora daquilo que o professor ensina.

3. O Construtivismo

As descobertas de Emília Ferreiro ao longo de suas pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita e embasamentos nos conceitos de Piaget implicaram bastante no contexto geral da alfabetização. Leão (2011) evidencia que:

A prática de ensino, desde então, por meio da palavra ‘construtivismo’, ganha uma nova roupagem, novo olhar, nova interpretação; pois o processo de aquisição da língua escrita, contrapondo-se ao ensino tradicional de antes, que buscava métodos de como ensinar que desconsideravam o conhecimento e a experiência de ‘mundo’ que a criança possuía (LEÃO, 2011, p. 21).

Dessa maneira, o construtivismo passa a ser visto como uma teoria fundamental da aprendizagem em que as crianças têm papel ativo no seu aprendizado, ou seja, elas constroem seu próprio conhecimento a partir da sua interação com a leitura e escrita, da valorização de seus conhecimentos prévios e da importância que exerce na obtenção de seu aprendizado.

Segundo Emília Ferreiro (1986), a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, tanto na escola quanto fora dela. Nesse contexto, não é a escola quem provoca a aprendizagem, mas a própria mente da criança que aprende.

Para Ferreiro (1996) a leitura e escrita são sistemas construídos paulatinamente. As primeiras escritas feitas pelos educandos no início da aprendizagem devem ser consideradas como produções de grande valor, porque de alguma forma os seus esforços foram colocados no papel para representar algo. Essas escritas são conquistas importantíssimas para o indivíduo que aprende, pois ele vai descobrindo a sua maneira, reinventando a escrita.

A construção do conhecimento por parte da criança precisa ser gradual correspondente ao seu nível de aprendizagem, pois nessa construção há superação de etapas. Nesse sentido, os erros cometidos pela criança devem ser considerados aspectos de grande valor, porque é a

partir dos erros que se pode evidenciar o que a ela “releu” e/ou como aprendeu o que lhe foi ensinado.

Por pensar no processo de construção que a criança desenvolve ao longo de sua aprendizagem, que o construtivismo assume a relevância não de ser um método de ensino, voltado estritamente para como o professor deve ensinar, mas por ser uma teoria relacionada aos processos psicológicos da aprendizagem da criança tendo como foco a psicogênese, a origem da inteligência e dos conhecimentos, voltada exclusivamente para como o sujeito aprende.

Dentro da perspectiva construtivista, a alfabetização é concebida como um processo de construção contínua e conceitual, tendo início bem antes da criança entrar na instituição escolar. Alfabetizar, nessa visão, significa construir conhecimentos. Desse modo, para ensinar a ler e escrever é necessário ter a compreensão de que as crianças passarão por processos distintos, paralelos e interligados, caracterizando o sistema de escrita e o uso da linguagem.

Ferreiro (1996) mostra que a criança elabora uma série de hipóteses, trabalhadas por meio da construção de princípios organizadores, que é o resultado não só das vivências externas, mas também de um processo interno. Isso evidencia que a criança assimila, de forma seletiva, as informações que lhe é disponível e faz interpretações antes mesmo de compreender a relação entre os sons da linguagem e as letras.

Nesse momento, a criança começa a perceber que essa escrita não é somente um traçado que define palavras, mas já tenta compreender o que essa escrita representa para o meio social. Ela já começa a conscientizar a distinção entre desenhos e escrita, entre o que é uma imagem e o que é um texto. Após perceber isso, a criança procura meios, formulando hipóteses para adquirir e internalizar todos esses conceitos.

Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1986) ressaltam que essas soluções são baseadas nos conhecimentos prévios da criança, mas que para alcançar os conhecimentos reais da leitura e escrita, as crianças passarão por hipóteses até se apropriarem definitivamente do conhecimento e complexidade da língua escrita.

De acordo com a Teoria da Psicogênese, toda criança passa por níveis e/ou hipóteses estruturais e gradativas. São elas: pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética. Dessa forma, é importante entender as definições de cada hipótese, para compreender o que cada uma delas representa dentro do processo de alfabetização da criança.

A hipótese pré-silábica é um dos primeiros momentos da alfabetização escolar, na qual a criança supõe que pode escrever através de desenhos, rabiscos, letras ou outros sinais

gráficos, e que a escrita é outra forma de desenhar ou de representar as coisas, por isso ela usa os desenhos, chamados nessa etapa de garatujas³. Nesse momento, a criança ainda não estabelece vínculo entre fala (sonorização) e escrita (grafia). Caracteriza uma palavra como apenas a letra inicial e tem uma leitura global e individual do que escreve, ou seja, somente ela sabe o que quis escrever.

É nessa etapa que a criança passa pelo realismo nominal, quando supõe que a escrita representa o nome dos objetos, que as coisas grandes devem ter nomes grandes e as coisas pequenas devem ter nomes pequenos. Desse modo, Morais (2012, p. 56) exemplifica que “o aprendiz pensa que formiga deve ser escrita com poucas letras, porque ‘ela é pequeninha’, ao passo que boi deve ter muitas letras, já que ‘é um animal muito grande’”. Esse fato justifica as possíveis hipóteses que a criança formula ao ir aprendendo o processo da escrita.

Portanto, nessa fase a criança precisa saber distinguir o desenho da escrita, reconhecer que usamos letras para escrever e não apenas o desenho, identificar e escrever o próprio nome, atribuir valor sonoro às letras, aceitar que não é preciso muitas letras para se escrever apenas o necessário para representar a fala, perceber que palavras diferentes são escritas com letras em ordens ou posições diferentes que costumam não se repetirem, entre inúmeros outros fatores que a criança precisa ir aprendendo para se tornar alfabetizada.

Na hipótese silábica, a criança já supõe que a escrita representa a fala e tenta fonetizar a escrita dando valor sonoro às letras “compreendendo que as diferenças na representação escrita estão relacionadas com o “som” das palavras” (LEÃO, 2011, p. 35). Também já supõe que a menor unidade de língua seja a sílaba, porém em algumas frases, pode escrever uma letra para representar cada palavra.

Essa hipótese é considerada um avanço de qualidade na aprendizagem da criança, pois ela permite à criança encontrar um meio de compreender a relação entre a totalidade e as partes que compõem uma palavra conforme afirmam Ferreiro e Teberosky (1985). Entretanto, a criança ainda precisa saber atribuir valor sonoro a todas as letras, aceitar que não é preciso muitas letras para se escrever, apenas o necessário para representar a fala e perceber que palavras diferentes são escritas com letras em ordens diferentes, entre outras coisas.

A criança inicia na hipótese silábico-alfabético, a superação da hipótese silábica. Passa a compreender que a escrita representa o som da fala, a fazer uma leitura termo a termo e não mais global, consegue combinar vogais e consoantes numa mesma palavra, na tentativa de

³ Rabiscos, desenhos, letras mal feitas, ainda em processo (BUENO, 2007, p. 381).

combinar sons, mas sua escrita ainda não é socializável. Porém, a criança já percebe a necessidade de mais de uma letra para a maioria das sílabas e reconhece o som das letras.

De acordo com a afirmação de Morais (2012):

A criança que já descobriu o que a escrita alfabética nota (a pauta sonora, ou seja, as partes orais das palavras que falamos), em lugar de achar que se escreve colocando uma letra para cada sílaba, descobre que é preciso “pôr mais letras” (MORAIS, 2012, p. 62).

Para isso, é necessário que a criança reflita cuidadosamente sobre as sílabas orais, de modo a tentar notificar os pequenos sons em que elas são formadas, ao invés de tentar colocar uma única letra para cada sílaba. A criança precisa saber usar mais de uma letra para representar o fonema quando necessário e atribuir o valor sonoro a todas as letras particularmente. Isso depende do ensino, dos recursos utilizados e de como o professor alfabetizador encaminha suas metodologias para alfabetizar conforme a necessidade de cada alfabetizando.

Na etapa da alfabetização chamada de hipótese alfabética, a criança já compreende que a escrita tem uma função social muito importante, que é o da comunicação. Compreende o modo de construção e formação do código da escrita, entretanto, pode omitir as letras quando mistura as hipóteses alfabética e silábica, mas não tem problemas de escrita no que se refere a conceito.

A criança já conhece o valor sonoro de todas ou quase todas as letras, apresenta estabilidade na escrita das palavras, procura adequar a escrita à fala, faz leitura com ou sem imagem. Nesse momento, ela também já inicia a preocupação com as questões ortográficas, separa as palavras quando escreve frases, produz textos de forma convencional, mas ainda precisa adquirir coerência com as questões ortográficas e textuais (parágrafo e pontuação) e aprender a usar a letra cursiva.

Segundo Leão (2011, p. 36) nessa hipótese, “constata-se a estruturação dos vários elementos que compõem o sistema de escrita e a criança começa a diferenciar algumas unidades linguísticas, como letras, sílabas e frases”. Nesse momento a criança passa a compreender o verdadeiro sentido que as letras, sílabas e frases exercem para sua formação social.

Todas essas hipóteses supostas que a criança desenvolve, são de extrema relevância para o aprimoramento de seu aprendizado. Nesse aspecto, o professor e a escola precisam adquirir meios eficazes para auxiliar e contribuir no processo de ensino e de aprendizagem do alfabetizando, a fim de garantir a melhoria constante do processo construtivo.

4. Escola e Professor no Processo da Alfabetização

Como exposto anteriormente, já se sabe que a aprendizagem não é provocada pela escola, mas pela mente daquele que aprende e que constrói conhecimentos. A criança traz consigo uma imensa bagagem e, nesse intuito, a escola deve considerar essa bagagem em todos os aspectos.

A alfabetização não é “um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola e que não termina ao finalizar a escola” (FERREIRO, 1999, p. 47). A autora evidencia que muitas crianças, antes mesmo de chegar à escola, já sabem muitas coisas, e que a escola, além de considerar todos esses conhecimentos, deve instigar ainda mais a evolução destes, provocando inúmeras possibilidades de aprendizagem.

Nesse sentido, Emília Ferreiro define que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita (FERREIRO, 1999, p. 23).

Essa referenciação de quem aprende na escola e de quem já vem sabendo algo sobre a escrita é muito importante dentro da análise do professor, pois é a partir desse momento que ele poderá identificar as dificuldades e facilidades dos educandos, além de conhecer a realidade de cada um, provocando e proporcionando meios para ensiná-los da melhor forma em que eles aprendem.

Ferreiro (2000, p. 193) indaga que “Temos uma imagem empobrecida da criança que aprende: a reduzirmo-la a um par de olhos, um par de ouvidos, uma mão que pega um instrumento para marcar e um aparelho fonador que emite sons”.

De acordo com essa afirmação surgem possíveis interrogações no que diz respeito ao conhecimento que a criança já traz de casa para a escola: Como os professores têm aproveitado os conhecimentos apresentados pelos alunos? Qual a visão do educador a respeito da criança que aprende?

De fato muitas escolas e professores têm dado pouca importância para o indivíduo que possui conhecimentos antecedentes à escola. Os efeitos destes conhecimentos, se prolongam ainda mais após a ação pedagógica, momento pelo qual, para se conhecer efetivamente a natureza da escrita, deve-se desenvolver atividades que estimulem a produção e interpretação da leitura e escrita. Nesse contexto, o professor assume o papel de mediador entre a criança que aprende e o conteúdo que se ensina, criando estratégias que propiciem o contato do

aprendiz com essa forma social de comunicação, para que a partir daí, a criança possa ter a espontânea oportunidade de pensar e agir sobre essa comunicação.

Entretanto, isso não quer dizer que o professor alfabetizador não tenha a obrigação de informante sobre as corretas formas da grafia. Pelo contrário, ele pode aproveitar esse aprendizado já trazido de casa, a fim de propiciar ações metodologicamente diferenciadas para aprimorar tais aprendizados. O professor alfabetizador deve levar em conta que cada criança aprende no seu tempo, percorrendo etapas variadas, e que a evolução de cada uma delas deve ser respeitada a seu modo particular.

Infelizmente, muitos conceitos ainda devem ser mudados dentro do espaço escolar para a efetivação do processo de aprendizagem dentro da abordagem construtivista a que Emília Ferreiro se refere. O principal deles visa às questões metodológicas ao qual não é a escola que ensina, mas o indivíduo que aprende. Assim, partindo do pressuposto de que a criança está preparada para aprender somente o que se pretende ensinar, não haverá possibilidades em saber lidar com aqueles que não aprendem ou que possuem grandes dificuldades de aprendizagem. Nesse contexto, segundo Ferreiro (1985) é o posicionamento da escola que deve ser modificado, não apenas prestigiando aqueles que aprendem ou rotulando os que têm dificuldades de fracassados, mas valorizando cada um de acordo com seu potencial.

A relação professor/aluno deve basear-se em um respeito mútuo, em cooperação, valorização e em trocas de conhecimentos. Dessa forma, o professor poderá identificar as aptidões de seus alunos, compreender seus interesses, acompanhar seu raciocínio, sem cortar ou limitar com imposições desnecessárias. Deve ainda, perceber seu aluno como um sujeito construtivo, ativo e participante espontâneo de seu próprio conhecimento.

Sabe-se que esse processo de construção acontece a partir da superação de etapas, e é durante esses momentos que o professor deve participar ativamente, não avaliando de forma alguma através do erro, mas observando e analisando os fatores pelos quais impediram essa criança de não alcançar a fase seguinte. Nesse sentido, a avaliação será apenas um elemento auxiliador do professor, não formas de classificação da aprendizagem.

Considerações Finais

Verificamos, por meio da discussão do processo de alfabetização com enfoque em Emília Ferreiro e no construtivismo, a necessidade da efetivação de um ensino de qualidade no que se diz respeito ao olhar diferenciado sobre o sujeito que aprende. Pensar numa ação

pedagógica como um meio de contribuição para esse indivíduo que aprende, não deixa de ser um passo ainda muito resistente à frente dos educadores.

Emília Ferreiro traz para a alfabetização no Brasil, por meio de suas pesquisas, experiências e contribuições, um desenvolvimento significativo no ensino da leitura e escrita. Entretanto, ainda existe resistência pedagógica, devido às interpretações equivocadas de inúmeros educadores e instituições de ensino a respeito do trabalho da autora. O avanço educacional reflete na valorização e o reconhecimento das concepções desta grande pesquisadora no processo diário de ensino da alfabetização.

Notamos, assim, que a Psicogênese da Língua escrita de Emília Ferreiro abre espaços para uma gama de possibilidades, tais como: a valorização dos conhecimentos que os alunos apresentam ao chegarem à instituição ensino; o respeito com as individualidades adquiridas pelos alunos; identificar por meio das práticas pedagógicas e metodológicas os meios de adaptar recursos de ensino e de recomeçar com o aprendiz, quando necessário.

Referências Bibliográficas

CAGLIARI, L. C. *Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu*. São Paulo. Scipione, 1999.

DANTAS, Alexandre Fernandes. *Construtivismo*. 2009. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/construtivismo/>>. Acesso em: 28 de junho de 2017.

DUARTE, K; ROSSI, K; RODRIGUES, F. *O processo de alfabetização da criança segundo Emília Ferreiro*. In: Revista Científica Eletrônica de Pedagogia. Ano VI – Número 11. FAEF, 2008.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Márcio Corso. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FERREIRO, Emília. *Alfabetização em processo*. Trad. Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro. Ed: 13. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília. *Alfabetização em Processo*. São Paulo: Cortez, 1996. 144p.

FERREIRO, Emília. *Com Todas as Letras*. São Paulo: Cortez, 1999. vol. 2. 102p.

LEÃO, Deusmaura Vieira. *Aquisição da Língua Escrita: efeitos de singnificantes*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

LEÃO, Deusmaura Vieira. *Fundamentos e Metodologias em Educação Infantil I*. Apostila do Acadêmico. UniRV: Rio Verde, p. 95-99, 2017.